

# DA PROTEÇÃO À NATUREZA AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A DEFESA AMBIENTAL NO RIO GRANDE DO SUL

Elenita Malta Pereira<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo, propomos uma abordagem histórica, relacionando acontecimentos locais e globais que influenciaram as lutas pela conservação e preservação da natureza no Rio Grande do Sul. Nos anos 1930-60, a proteção à natureza enfocou o reflorestamento, a luta contra a caça ilegal, a construção de parques naturais, entre outros temas. Na década de 1970, com a constituição de movimentos ecológicos, ocorreram campanhas contra a poluição do ar, das águas, da energia nuclear, etc; algumas vitoriosas, outras não. Nos anos 1980-90, o debate se renova no conceito de desenvolvimento sustentável, envolvendo tanto entidades ambientalistas quanto empresas. As reivindicações ambientalistas, embasadas em princípios educativos, representaram uma importante forma de exercício da cidadania, em âmbito local e planetário.

**Palavras-chave:** proteção à natureza; movimentos ecologistas; desenvolvimento sustentável; história da ecologia no Rio Grande do Sul; história ambiental.

**Abstract:** In this article, we consider a historical boarding, relating local and global events that had influenced the fights in favor of the conservation and preservation nature in the Rio Grande do Sul. In years 1930-60, the protection to the nature focused the reforestation, the fight against the illegal hunting, the construction of natural parks, among others subjects. At the decade 1970, with the constitution of ecological movements, campaigns had occurred, against the pollution of air, waters, the nuclear energy, etc; some victorious people, others not. In years 1980-90, the debate if renews in the concept of sustainable development, involving as many environmentalists entities how much companies. The environmentalists claims, based in educative principles, had represented an important form of exercise of the citizenship, in local and planetary scope.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História na UFRGS. Bolsista Capes. E-mail: [elenitamalta@gmail.com](mailto:elenitamalta@gmail.com). Parte das reflexões presentes nesse artigo se originaram de minha dissertação de mestrado, uma biografia histórica de Henrique Luiz Roessler, defendida no PPGH-UFRGS, em 2011.

**Key words:** nature protection; environmental movements; sustainable development; ecology history in the Rio Grande do Sul; environmental history.

## Introdução<sup>2</sup>

Muito antes do que se poderia esperar, no Brasil já havia reflexão sobre o aniquilamento da natureza e sua ligação com o sistema escravocrata. No século XVIII, intelectuais brasileiros elaboraram uma reflexão profunda sobre o problema da destruição do ambiente natural, no entanto não era uma crítica da modernidade e dos males do desenvolvimento como se formula atualmente, mas sim uma denúncia da “realidade brasileira como uma espécie de farsa do avanço civilizatório, uma ordem calcada em instituições e técnicas herdadas do atraso colonial” (PÁDUA, 2002: 27).

No início do século XX, o debate era mais consistente. A Constituição de 1891, ao remeter aos estados a prerrogativa de legislar sobre o meio ambiente, levou a uma série de questionamentos, nos anos 1920-30, por parte de intelectuais de projeção, no centro do país<sup>3</sup>. Essas discussões levaram à publicação, na década de 1930, de uma série de legislações, Códigos<sup>4</sup> e mudanças na tutela do meio ambiente nas Cartas de 1934 (que inicia a proteção à natureza, ao subordinar a conservação da flora, da mata virgem e dos minérios à União, e não mais aos Estados) e na

---

<sup>2</sup> Além de bibliografia, são citados neste artigo documentos (fontes primárias) pesquisados nos seguintes arquivos: Arquivo Privado de Augusto Carneiro (APAC), em Porto Alegre; Biblioteca do Ministério da Agricultura, em Brasília (BINAGRI); Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), em Porto Alegre; Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (ML-RS), em Porto Alegre.

<sup>3</sup> Os questionamentos partiram de cientistas como Mello Leitão, Berta Lutz, José Vidal, Alberto José Sampaio, Roquette Pinto, Armando Magalhães Corrêa e até mesmo do escritor Monteiro Lobato (SILVA, 2005: 191).

<sup>4</sup> Em 1934, foi publicado o primeiro Código Florestal (BRASIL, Decreto-Lei 23.793, 23/01/1934), que estabelecia a criação de uma guarda florestal, para fiscalizar as florestas brasileiras. Na mesma década foram publicados também o Código das Águas (BRASIL, Decreto-Lei nº 24.643/1934), o Código de Caça e Pesca (BRASIL, Decreto-Lei nº 23.672/1934) e a legislação sobre o Patrimônio Cultural (BRASIL, Decreto-Lei 25/1937), que organizava a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana.

Carta de 1937, que avança no sentido de considerar a natureza como patrimônio nacional.

Nesse contexto, as iniciativas partiram tanto do poder público quanto de grupos da sociedade. No âmbito governamental, além de uma legislação que prometia defender os recursos naturais, foi montada uma estrutura de órgãos com o mesmo objetivo, dentro do Ministério da Agricultura. Dentre eles, destacamos o Serviço Florestal e o Serviço de Caça e Pesca. Na esfera da sociedade, as primeiras associações de proteção à natureza começavam a surgir. Entidades como o *Centro Excursionista do Rio de Janeiro*, fundado em 1919; a *Sociedade dos Amigos das Árvores*, fundada em 1931 pelo botânico Alberto Sampaio; e a *Sociedade Amigos de Alberto Torres*, de 1932, foram importantes centros de incentivo à proteção do ambiente natural (SILVA, 2005: 191-92). Em 1948 foi criada a *Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza*, a FBCN (BONES, HASSE, 2002: 16), e em 1956 surgiu a Associação de Defesa da Flora e da Fauna (ADEFLORA)<sup>5</sup>, criada para viabilizar uma campanha de defesa das florestas do Pontal do Paranapanema. Um dos seus fundadores, Paulo Nogueira Neto, por sua atuação protecionista, foi convidado a organizar a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, em 1974, da qual foi o primeiro Secretário, o que equivale atualmente ao cargo de Ministro do Meio Ambiente.<sup>6</sup> A SEMA foi criada para discutir a questão ambiental, instigando a conscientização das pessoas, e para combater a poluição. Nogueira Neto foi o único brasileiro a compor a Comissão Brundtland das Nações Unidas (1983-86), grupo responsável por cunhar a expressão desenvolvimento sustentável. O relatório da comissão foi publicado

---

<sup>5</sup> Hoje a entidade se chama ADEMA-SP, Associação de Defesa do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Nogueira Neto é o presidente, desde a fundação da entidade.

<sup>6</sup> O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1992, a partir da Secretaria fundada por Nogueira Neto.

com o título *Nosso futuro comum*, e influenciou a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul, a primeira entidade de proteção à natureza não-governamental surgiu em 1955, a União Protetora da Natureza (UPN)<sup>7</sup>. O Estado foi, ao longo da história, palco de inúmeros episódios em que diferentes sujeitos, individualmente ou em grupo, atuaram pela defesa ambiental. Neste artigo, enfoco essa atuação em prol da natureza, considerando três períodos principais, em que podemos observar diferentes formas de ação<sup>8</sup>.

Dos anos 1930 a 1960, constatamos que a ênfase das ações girava em torno da **proteção à natureza**; nos anos 1970/1980, os empreendimentos se deram sob o pano de fundo do *boom* da **ecologia**; já na virada da década de 1980 para 1990, o debate se dá sob o enfoque do **desenvolvimento sustentável**. São três momentos diferentes, mas que se interpenetram; não são analisados aqui numa perspectiva evolucionista. Do contrário, argumento que tanto atitudes “protecionistas”, quanto “ecologistas” / “ambientalistas”<sup>9</sup>, ou “sustentáveis” foram importantes e intercambiáveis, dentro do que era possível nos contextos vivenciados pelos sujeitos. Essas manifestações de defesa ambiental não são vistas aqui como fases, estágios, mas sim como respostas possíveis dos indivíduos aos problemas específicos de diferentes momentos históricos.

## História ambiental

---

<sup>7</sup> RAMBO (1994) cita exemplos de indivíduos e associações com fins preservacionistas em núcleos coloniais alemães, ainda no final do século XIX. Essas associações tiveram papel relevante na divulgação do reflorestamento entre os colonos alemães, no entanto, atendiam demandas locais e trataram um tema específico, a questão florestal, enquanto a UPN teve alcance estadual (e até certa projeção fora do Estado) através de uma série de campanhas educativas pela proteção de todos os elementos naturais (PEREIRA, 2011).

<sup>8</sup> Isso não exclui a existência de outras formas, inclusive anteriores a 1930.

<sup>9</sup> Neste artigo, não entraremos na questão das diferenças, nem sempre muito claras, entre os termos “ambientalista” e “ecologista”. Uma introdução a esse debate pode ser encontrado em LAGO, PÁDUA (1985).

A história ambiental surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, em meio ao interesse despertado pelo movimento ambientalista e as conferências internacionais realizadas pela ONU. Os historiadores norte-americanos concentram boa parte dos trabalhos na área, porém a França, através de historiadores ligados à revista *Annales*<sup>10</sup> também é um centro de estudos sobre o tema<sup>11</sup>. Segundo Donald Worster (1991: 200), a revista “há décadas vem chamando atenção para o ambiente”. O livro do historiador Fernand Braudel, *O Mediterrâneo* (1ª edição em 1949), já seria um estudo de história ambiental, pois é centrado no Mar Mediterrâneo e na vida humana que se desenvolveu no seu entorno.

A história ambiental trata, em linhas gerais, “do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991: 201). Entre as questões básicas da história ambiental, podemos citar a própria noção de “natureza”, as interações do domínio sócio-econômico com o ambiente, e o âmbito ético, de valores, na dinâmica homem-natureza. Talvez a característica mais importante dessa nova área de pesquisa seja a interdisciplinaridade. O diálogo com a geografia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia, agronomia, demografia, direito e, principalmente, com a ecologia, dependendo do estudo, pode ser indispensável.

José Augusto Drummond destaca a importância de colocar a natureza na história: uma mudança de paradigma nas ciências sociais. A natureza se torna agente de transformação do homem,

---

<sup>10</sup>Criada na França em 1929, por um grupo de historiadores (entre eles, Marc Bloch e Lucien Febvre), para promover uma nova espécie de história, principalmente “a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema” o interesse pela “história de todas as atividades humanas e não apenas história política, e a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras” (BURKE, 1997: 12-13).

<sup>11</sup>A revista *Annales* publicou um número especial sobre História e Ambiente, em 1974. Na apresentação do número, o editor, Emmanuel Le Roy Ladurie “fez questão de afirmar que não estava cedendo aos imperativos de uma moda, pois desde longo tempo a revista havia escolhido se interessar pelos temas de uma história ecológica” (PÁDUA, 2010: 82). No entanto, a história ambiental não surgiu a partir da *nouvelle histoire* francesa, que defendia o estudo de novos objetos e de novas temáticas pela história. Para compreender o surgimento da história ambiental como campo historiográfico, é preciso levar em consideração fatores sociológicos e epistemológicos. Foram tanto a emergência de movimentos ambientalistas em diversos países, quanto as mudanças no mundo do conhecimento consolidadas no século XX sobre “o entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana” (PÁDUA, 2010: 83), que instigaram o interesse dos historiadores sobre as relações entre homem e natureza.

com “a capacidade de condicionar significativamente a sociedade e a cultura humanas” (DRUMMOND, 1991: 180). Isso quer dizer que o cientista social credita às “forças da natureza” caráter de agente modificador e condicionador de cultura. É uma importante mudança na maneira de pensar e estudar processos sociais. Não somente nós, humanos, interferimos e modificamos a paisagem; ela também tem o poder de atuar sobre os homens, condicionando a cultura local.

No Brasil, Regina Horta Duarte destaca três autores clássicos que estudaram as relações entre sociedade e natureza em suas obras, ainda na primeira metade do século XX. O primeiro é João Capistrano de Abreu (1853-1927), em seu livro *Capítulos de História Colonial*, no qual o autor realiza uma “preciosa análise dos aspectos físicos do território brasileiro, abordando sua formação geológica, suas bacias hidrográficas, seu relevo, sua vegetação e sua fauna” (DUARTE, 2005: 88). Entretanto, Capistrano não apenas descreve a paisagem, e sim a analisa historicamente, mostrando o meio em que os indígenas se constituíram, as condições encontradas e transformadas pelos colonizadores. Caio Prado Júnior (1907-1990) também incorporou as análises entre sociedade e natureza em seus estudos. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor “ressaltou como a atividade monocultora assumiu um aspecto comercial devastador, com a exploração absurda dos recursos naturais em proveito da economia portuguesa” (DUARTE, 2005: 90). Quando aqui chegaram, os portugueses encontraram uma natureza exuberante, porém hostil ao homem. Não souberam criar uma estratégia de povoamento de integração ao meio; movidos pela lógica mercantil, trataram de pilhar o que aqui encontraram. Caio acreditava que só o rompimento com esse passado colonial, de exploração poderia fazer com que a sociedade se constituísse de forma moderna, vencendo os desafios da natureza para preservá-la. A historiadora cita também

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) como destaque na análise homem-natureza. Sua obra *Monções* “estuda as expedições através dos rios em direção ao oeste no Brasil colonial, com grande destaque para o enfrentamento dos obstáculos representados pelo meio natural” (DUARTE, 2005: 91). No avanço sobre as matas, os colonizadores contaram com a ajuda dos índios e, adaptando seus saberes, conseguiram enfrentar o ambiente hostil. Em *Visões do Paraíso*, Holanda também denuncia o desfrute irresponsável dos recursos naturais, como se eles fossem inesgotáveis, o que gerou uma devastação sem precedentes e irreversível em nosso país.

Joachim Radkau, examinando a produção em história ambiental no final do século XX e início do XXI, percebe contradições dentro do campo, na forma de duas visões isoladas: de um lado, há o pensamento que considera a história humana como história da destruição da natureza, e do outro, uma posição revisionista, para a qual a humanidade é um episódio na eterna transformação da natureza. O autor constata uma ausência de discussão entre essas duas visões, e a necessidade de um diálogo que transcenda tanto o pessimismo quanto o relativismo do impacto da ação humana na natureza (RADKAU, 2009: xii).

Sobre o Rio Grande do Sul, recentemente, os pesquisadores começaram a voltar-se para os impactos da ação humana na natureza, em especial no que se refere ao fenômeno da colonização. Podemos citar a pesquisa de Marcos Gerhardt (2009) sobre a colônia Ijuhy, um processo que provocou intensas mudanças nas áreas florestais da região, e a tese de Juliana Bublitz (2010), que analisou o ônus ambiental da ocupação alemã e italiana no Estado. Em ambos os casos, as pesquisas demonstraram que a derrubada - ou queimada - da floresta era motivada por um ímpeto exploratório, justificado como necessário para que a região se tornasse “civilizada”. O “progresso” conseguido pelos imigrantes foi forjado

pelo “machado civilizador” empunhado por estes, adentrando a fronteira verde, para assegurar o controle da natureza, transformando, assim, o espaço selvagem em um ambiente “civilizado”.

### A proteção à natureza no Rio Grande do Sul

Como disse no início deste artigo, a defesa ambiental nos anos 1930-60 no Rio Grande do Sul pode ser analisada na perspectiva da “proteção à natureza”. Os sujeitos que se envolveram em ações de defesa ambiental nesse momento, em geral, estavam imbuídos de ideais tanto conservacionistas quanto preservacionistas<sup>12</sup>. No Brasil, para esse período, “os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis” (FRANCO, DRUMMOND, 2009: 49).

Desenvolvidos em meio ao Governo Provisório de Vargas e, em seguida, do Estado Novo, os projetos de proteção à natureza de dois agentes<sup>13</sup> merecem destaque: Henrique Luiz Roessler (1896-1963) e o Padre jesuíta Balduino Rambo (1905-1961). Ambos viveram no mesmo contexto, com atuação bastante diferente, entretanto perseguiram um objetivo comum: defender a natureza.

Com a publicação do Código Florestal, em 1934, foi necessária a criação de um órgão responsável pela fiscalização de seu cumprimento. O Serviço Florestal surgiu em 1938 (BRASIL, Decreto-Lei nº 982), vinculado ao Ministério da Agricultura, e com ele foi instituída uma polícia florestal em todo o país. Henrique

---

<sup>12</sup> Nos Estados Unidos, desde o século XIX, havia o debate entre “conservacionistas” e “preservacionistas”. “Os primeiros se preocupavam, sobretudo, com a racionalidade na utilização dos recursos naturais, enquanto os outros defendiam a natureza com os argumentos da fruição estética e da transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem” (FRANCO, DRUMMOND, 2009: 46). Em termos práticos, os “conservacionistas” propunham o uso dos recursos naturais com responsabilidade para as gerações futuras; já os preservacionistas sugeriam a reserva de áreas – de preferência as mais belas – para a constituição de parques naturais, sem a presença humana.

<sup>13</sup> Para Bourdieu, o agente é o indivíduo construído, através da cultura e da educação, ou seja, do *habitus*; os indivíduos são agentes na medida em que atuam e lutam dentro de um campo de interesses. Toda ação é *interessada* e pressupõe um *investimento*, para que o agente obtenha o que deseja (BOURDIEU, 2007: 139).

Roessler ofereceu-se para trabalhar nessa polícia e conseguiu, em 1939, ser nomeado Delegado Florestal em São Leopoldo. Tratava-se de um cargo não-remunerado, em que o funcionário ficava responsável pela fiscalização das florestas e pela aplicação das multas e penas previstas no Código Florestal. Em 1944, Roessler foi promovido a Delegado Florestal Regional, passando a chefiar os demais delegados e fiscais florestais do Estado. Além disso, todos os delegados florestais passaram a acumular a função de Fiscal de Caça e Pesca do Serviço de Caça e Pesca, órgão da Divisão de Caça e Pesca, também da alçada do Ministério da Agricultura (Portaria Ministerial nº 718, 22/11/1944).

Aos delegados florestais cabia fiscalizar o “rigoroso e exato cumprimento” de exigências legais, como, por exemplo, o compromisso de reflorestamento; a preservação permanente de da vegetação nativa como reserva florestal; a proibição das queimadas, do corte de matas protetoras das margens de rios e encostas de morros, o que poderia causar a erosão das terras, entre outras. Como fiscais de caça e pesca, deveriam multar e aplicar penas aos caçadores e pescadores que praticassem contravenções, de acordo com as normas estabelecidas nos Códigos de Caça (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943) e de Pesca (BRASIL, Decreto-Lei nº 794, 19/10/1938).

Roessler empreendeu uma rigorosa fiscalização no Rio Grande do Sul, especialmente na região nordeste do Estado - onde houve massiva colonização por grupos étnicos italianos -, em virtude da prática da “passarinhada”<sup>14</sup>. Através dos cargos públicos, estabeleceu uma rede de colaboradores entre os Delegados Florestais do Estado, que o informavam quando ia ocorrer alguma infração e, muitas vezes, acompanhavam-no nas diligências, quando ocorriam

---

<sup>14</sup> O termo “passarinhada” designava tanto a saída para o mato com o fim de caçar passarinhos, quanto o prato constituído de passarinhos, polenta e molho, que, segundo De Boni e Costa (1979: 170) “surgiu da necessidade de alimentação e estimulado pela abundância de pássaros”.

vistorias de propriedades (para fiscalizar derrubadas) e até mesmo episódios de luta corporal com caçadores que não aceitavam entregar suas armas ou o produto de sua caça. Todo ano, o Serviço de Caça e Pesca divulgava, através de uma portaria, o período de permissão à caça, bem como as espécies e quantidades que poderiam ser caçadas. Era preciso ter licença tanto para a prática da caça quanto para utilização da arma de fogo. As contravenções ocorriam principalmente porque os caçadores não tiravam as licenças e não obedeciam as regras das portarias anuais.

No setor da pesca, ocorriam várias contravenções. Entre elas, podemos citar a utilização de artefatos proibidos para pescar, tais como “rocegas”, “tarrafas”, “paris”, e até mesmo a pesca com dinamite<sup>15</sup>, bem como a falta de redes protetoras nas bombas de sucção que irrigavam as lavouras de arroz no Estado. Com o gargalo grande, a força de sucção atraía milhões de alevinos para os canais de irrigação todos os anos, o que causava enorme prejuízo à pesca e, segundo Roessler, também para a economia popular, pois muitos peixes que poderiam saciar a fome de pessoas carentes eram mortos para tornar-se adubo e alimento na criação de porcos (ROESSLER, 2005: 164-66). Além disso, outro problema gravíssimo constatado por Roessler era a poluição dos rios pelo despejo de resíduos tóxicos “in natura” em suas águas por diversas indústrias e curtumes da região do Vale do Rio dos Sinos.

Quanto às florestas, a situação era dramática. Os fiscais não eram remunerados; na verdade, sua remuneração consistia na cobrança de taxas, pela confecção de emolumentos, requerimentos, vistorias, etc. Isso levou ao desvio de função e irregularidades, debatidas, inclusive, na Assembleia Legislativa do Estado (ANAIS AL-

---

<sup>15</sup> Essa prática era um problema também nos rios paulistas. Pescadores de origem italiana eram acusados de lançar bombas de dinamite para matar peixes, na década de 1890; desde 1892, havia lei em São Paulo proibindo a pesca com dinamite, raiz de timbó e outras drogas venenosas (JORGE, 2006: 163-65).

RS, 14/06/1951: 429-431). Os funcionários também eram engessados pela legislação, que era muito permissiva. O próprio Roessler já havia sugerido a seus superiores a reforma do Código Florestal e a proibição da exportação da madeira gaúcha. Para ele, o Código Florestal em vigor era tão fraco, que, em alguns artigos, mais estimulava do que proibia as derrubadas<sup>16</sup>. Desde que se comprometesse com o reflorestamento – inclusive com espécies diferentes, ou com apenas uma espécie (monocultivo) para substituir florestas mistas – o proprietário estava livre para desmatar 3/4 de seus domínios (BRASIL, Decreto nº 23.793/34, Artigo 23). Na maioria dos casos, esse comprometimento não passava de uma promessa, um papel assinado, porque, na prática, o reflorestamento não ocorria.

No final de 1954, Roessler perdeu a credencial de seus cargos no Ministério da Agricultura, em virtude de uma disposição do Estatuto do Funcionário Público Federal (BRASIL, Lei 1.711, 28/10/1952) que vedava serviços públicos gratuitos. Em 1955, fundou a União Protetora da Natureza (UPN), a primeira entidade de defesa ambiental do Rio Grande do Sul. Através da UPN, deu continuidade ao trabalho de proteção da natureza que realizava no âmbito público, emitindo cartazes/panfletos para conscientizar a população sobre as questões ambientais, escrevendo artigos jornalísticos e proferindo palestras sobre o tema. Em 1957, Roessler começou a escrever semanalmente no Correio Rural, suplemento do jornal *Correio do Povo*. Publicou cerca de 300 crônicas sobre a temática ambiental, onde analisava os problemas, criticava os desperdícios, denunciava a má administração e o desleixo das

---

<sup>16</sup> Um exemplo disso era o artigo 51: “É permitido aos proprietários de florestas heterogêneas, que desejarem transformá-las em homogêneas, para maior facilidade de sua exploração industrial, executar trabalhos de derrubada, ao mesmo tempo, de toda a vegetação que não houver de subsistir, sem a restrição do art. 23, contanto que, durante o início dos trabalhos, assinem, perante a autoridade florestal, termo de obrigação de replantio e trato cultural por prazo determinado, com as garantias necessárias” [grifos meus] (BRASIL, Decreto nº 23.793/34).

autoridades para com as áreas naturais. Roessler foi o único presidente da UPN, que se desfez com sua morte, em 1963.

O trabalho de Roessler foi muito importante como iniciativa de educação para a proteção dos elementos naturais, antes das teorizações sobre educação ambiental. Roessler foi um grande divulgador da proteção à natureza no Estado, a partir de sua experiência prática e das leituras que realizou<sup>17</sup>. Um dos autores lidos e citados em suas crônicas é o outro personagem importante desse contexto, o Padre Balduino Rambo.

Rambo foi, entre outras atividades, teólogo e botânico. Deixou uma obra vasta, na forma de artigos científicos, livros didáticos, produção literária e um extenso diário pessoal. Quanto à proteção da natureza, destacamos *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*, livro publicado em 1942, onde descreveu o Rio Grande do Sul, atendendo a três aspectos: científico, didático e o aspecto estético, ou seja, a beleza natural das paisagens. O último capítulo da obra intitula-se “Proteção à Natureza”, onde Rambo concebeu que a proteção à natureza estava a serviço das ciências naturais, antropogeográficas e históricas; baseava-se sobre um princípio de ética natural e era aliada de valor da higiene e pedagogia sociais, ajudando na educação nacional.

No livro, antes de Wanderbilt de Barros<sup>18</sup>, Rambo tratou da questão dos parques naturais. Segundo Arendt e Christoff (2009: 65), o padre desenvolveu “um trabalho que se tornou referência, um trabalho de paixão junto às áreas naturais e a visão

---

<sup>17</sup> Sobre os autores lidos por Roessler, consultar Pereira (2011).

<sup>18</sup> Wanderbilt de Barros, autor de *Parques nacionais no Brasil*, obra escrita em 1946 e publicada em 1952, mostrava-se preocupado com a pequena extensão protegida no Brasil, comparando com as áreas preservadas na Argentina, México e Estado Unido. Para o autor, o problema, no Brasil, era que não havia uma “cultura de conservação dos recursos naturais”; ao contrário, muitos pensavam que a natureza era infinita. O autor acreditava que “os métodos de exploração postos em prática pelos homens foram maus em todos os tempos devido ao conceito de inesgotabilidade dos recursos contidos na terra” (BARROS, 1952: 23).

protetora contra os malefícios da expansão do homem junto à natureza”.

Para Rambo, a proteção à natureza abrangia quatro setores. Em primeiro lugar, deviam ser protegidos os monumentos naturais, pois eram criações da natureza de importância científica, histórica ou fisionômica, como árvores, formações geológicas, rochedos e montanhas de caráter peculiar. O segundo setor abarcava a proteção a espécies botânicas e geológicas periclitantes: conservação das espécies estreitamente localizadas ou raras e das “matas virgens”. Rambo (1942: 433) se referia ao desmatamento, “sujeito ao bel-prazer dos donos do lote colonial ou da fazenda”. Levantou também o problema do reflorestamento, em que eram plantados eucaliptos no lugar da mata nativa derrubada, para o autor, “essa árvore australiana nunca há de se enquadrar, do ponto de vista fisionômica, na expressão natural de nossa terra”. Ele sugeriu que o replantio fosse feito com espécies indígenas, ou com madeiras de lei nacionais, como cedros, louros, e cabriúvas. Quanto aos animais, o estado era desolador: “nas matas da borda da Serra colonizada, nada resta da maior parte dos mamíferos e aves de caça” (RAMBO, 1942: 434). O problema das leis de caça não serem executadas estava causando a destruição da fauna de mamíferos, aves e peixes, num ritmo assustador. Em terceiro lugar, o padre propunha a harmonização das obras humanas com a paisagem natural: aqui Rambo mencionava as construções humanas, como cidades, suas ruas, casas; o traçado das estradas, que quando seguiam os vales dos rios, deviam acentuar as linhas naturais da paisagem; e, na utilização das quedas de água, o padre percebia a importância de aliar a utilidade com a conservação da natureza. Por último, sugeria a conservação dos Parques Naturais e Nacionais, pois “são territórios maiores, em que a natureza primitiva se conserva totalmente intacta, aumentando-se-lhe os atrativos com o acréscimo de elementos

consoantes, quando for conveniente” (RAMBO, 1942: 436). O padre citou parques em diversos países, criticando o pequeno número de áreas protegidas no Brasil. Só em 1947 o Rio Grande do Sul ganharia seu primeiro parque natural, a Reserva do Turvo, no município de Derrubadas, cuja criação foi sugerida por Rambo, assim como do Parque Nacional dos Aparados da Serra, em Cambará do Sul (ARAÚJO, 2007: 116).

No último capítulo do livro, Rambo denunciou as derrubadas da agricultura e a voracidade da indústria madeireira no Estado: “O mato rio-grandense está em grave perigo! E não são apenas as derrubadas da agricultura, é também a indústria madeireira, que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas uruguaias de seus gigantes mais expressivos, e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachinais” (RAMBO, 1942: 437). Rambo também exerceu influência na constituição de órgãos de pesquisa no Estado. No cargo de Diretor da Divisão de Ciências da Secretaria de Educação e Cultura, em 1955, foi um dos fundadores e primeiro diretor do Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais. Por sua sugestão, foram criados o Jardim Botânico e o Jardim Zoológico do Rio Grande do Sul. Essas instituições, hoje sob o comando da Fundação Zoobotânica (criada em 1972), guardam preciosas coleções da fauna, da flora e de fósseis, que permitem a pesquisa da história natural no Estado (BUCKUP, 2005).

### **O movimento ecologista gaúcho**

Passados oito anos da morte de Roessler e do fim da UPN, um grupo de pessoas resolveu fundar uma entidade de proteção à natureza, em Porto Alegre, a Associação Gaúcha de Proteção ao

Ambiente Natural, em 27 de abril de 1971<sup>19</sup>. Em seu Programa de Luta (AGAPAN, 27/04/1971), constava que a entidade defenderia a natureza ameaçada, nas formas de fauna, vegetação, solo, atmosfera, águas; lutaria pela salvação da humanidade da destruição, e pela promoção da ecologia como ciência da sobrevivência. Além disso, a AGAPAN promoveria o combate ao massacre de animais e à caça indiscriminada, às devastações das vegetações e às queimadas, ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e à toda erosão provocada ou facilitada, à poluição do ar causada pelas indústrias e veículos, à poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e esgotos não tratados, do uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas, herbicidas, raios ionizantes, sem a devida proteção às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas. Pregava também a luta por uma nova moral ecológica.

É interessante perceber que a fundação da AGAPAN acontece no momento de popularização da “ecologia” no Brasil. Isso não havia ocorrido na época em que Roessler e Rambo desenvolveram seus projetos; o uso da palavra “só se tornou corrente para o grande público no início dos anos 1970” (ACOT, 1990: 7). No Rio Grande do Sul, a ecologia foi uma novidade, que, transpondo os limiares acadêmicos, atraiu jovens engajados em movimentos sociais que emergiam<sup>20</sup> e antigos membros da UPN de Roessler.

Nos anos iniciais da AGAPAN, podemos constatar a grande influência do engenheiro agrônomo José Lutzenberger, que, depois de 13 anos trabalhando no exterior na multinacional Basf, resolveu voltar ao Brasil, onde acabou mudando os rumos profissionais. O conceito de ecologia que aparece no Programa de Luta da entidade é

---

<sup>19</sup> O primeiro presidente foi o Agrônomo José Lutzenberger, que ocupou o cargo até 1983. Na primeira sessão da entidade, foram escolhidos como homenageados de honra Henrique Luiz Roessler, Balduino Rambo, e o contra-almirante José Luiz Belart, sócio da FBCN, que participou de diversas lutas ambientais (URBAN, 2001: 33-35).

<sup>20</sup> Nesse momento, marcado pela Guerra Fria, depois do “Maio de 68”, ganhava força o movimento de contracultura que, assim como o movimento ecológico, era profundamente antindustrial, combatia o consumismo, a supremacia dos valores materiais, e questionava a racionalidade de uma sociedade que utilizava a ciência para produzir armas capazes de horríveis atrocidades nas guerras e insumos agrícolas que causavam danos ecológicos.

o mesmo desenvolvido em seu livro *Manifesto Ecológico Brasileiro - Fim do Futuro?* (LUTZENBERGER, 1983). Nele, o engenheiro agrônomo defende a perspectiva holística de que a natureza é uma sinfonia, feita de várias partes que se inter-relacionam, interdependem-se e se complementam, compondo um todo orquestrado. As diferentes espécies não poderiam viver isoladas, “todas são peças de uma grande unidade funcional. A Natureza não é um aglomerado arbitrário de fatos isolados, arbitrariamente alteráveis ou dispensáveis. *Tudo está relacionado com tudo*” (LUTZENBERGER, 1983: 11).

Ainda no *Manifesto*, o autor reflete sobre várias questões presentes no Programa de Luta da AGAPAN. Sobre o uso de inseticidas e agrotóxicos, lembra da Guerra do Vietnã, do uso dos desfolhantes, herbicidas jogados pelos aviões norte-americanos para dificultar a formação de esconderijos pelos guerrilheiros nativos, que destruíram grandes extensões da floresta vietnamita, transformando-as em pastos ecologicamente insustentáveis. Lutzenberger critica o estrago dos pesticidas nas lavouras, contaminando os cursos d’água (os aquíferos no subsolo, inclusive), por onde escoam o veneno, ou a aplicação deste diretamente nas plantações, citando o exemplo do arroz, em que os agrotóxicos são utilizados com a justificativa de *controlar* aguapês em canais e lagos. A luta contra os “defensivos agrícolas” (termo veiculado pelas indústrias fabricantes desses produtos) ou agrotóxicos foi uma das principais lutas de Lutzenberger, como presidente da AGAPAN e em sua militância individual, nas posições que ocupou ao longo de sua trajetória. Outros temas relatados pelo engenheiro agrônomo são a caça ilegal, e mesmo a legal, que se fazia com regras absurdas; o reflorestamento, que, com incentivo fiscal, tornou-se, na verdade, estímulo para a derrubada das matas nativas, em troca do plantio de

*pinus* ou eucalipto, impossibilitando a recuperação do ambiente natural; a destruição de monumentos arquitetônicos e do patrimônio histórico, para a construção de vias expressas, viadutos e túneis; a radiação ionizante, proveniente do uso da energia atômica, que afeta e altera o código genético, podendo causar câncer e mutações.

A moral ecológica já havia sido abordada por Lutzenberger em discurso na reunião que fundou a AGAPAN, publicado em forma de artigo no *Correio do Povo*, com o título “Por uma ética ecológica”. Era um alerta para a situação em que a natureza se encontrava, sobre os danos irreparáveis da destruição de comunidades ecológicas que levaram milhões de anos para evoluir, e que o ser humano estava legando à extinção. Representava também um trabalho de conscientização sobre a apologia do progresso:

Nossa vida urbanizada, dominada por uma tecnologia artificial, nos está alienando quase por completo do mundo natural. Nós imaginamos que podemos viver totalmente isolados da natureza, que sobreviveremos num mundo só de humanos e máquinas, com meia dúzia, talvez, de animais e plantas domésticas. Temos uma fé inabalável no que costumamos chamar de progresso. Uma fé em que progresso significa crescimento eterno (LUTZENBERGER, 1971:22).

Algumas das reivindicações iniciais mais importantes da entidade e de outros grupos de cunho ambiental responderam a demandas locais, presentes no contexto dos anos 1970, no Rio Grande do Sul. Aqui selecionamos apenas três delas, pela repercussão que tiveram e pela importância para compreendermos o debate ambiental da época.

Uma das reivindicações com maior visibilidade na imprensa, que transcendeu o âmbito local, foi a campanha contra a poda das árvores. Em 1975, o prefeito de Porto Alegre era Telmo Thompson Flores, que, para a construção do Viaduto Imperatriz Leopoldina na Avenida João Pessoa, mandou derrubar inúmeras árvores. Nesse local, aconteceu o episódio, amplamente divulgado nos meios de

comunicação do país, do jovem que subiu em uma das árvores para impedir que fosse cortada. Carlos Alberto Dayrell era membro da AGAPAN, e no dia 25 de fevereiro saiu de casa para realizar sua matrícula na Faculdade de Engenharia da UFRGS, quando, ao passar pela Avenida João Pessoa, observou a derrubada de árvores e resolveu aproveitar um descuido dos trabalhadores para protestar contra os cortes e impedir o trabalho das motosserras (FOLHA DA TARDE, 25/02/1975; VEJA, 05/03/1975: 38). O acontecimento foi considerado um marco pelos ambientalistas (SIRKIS, 1992: 217) , pois representou um ato de resistência política contra o poder público local, que construía grandes obras sem se preocupar com as consequências para o meio ambiente.

O protesto de Dayrell foi emblemático, característico do funcionamento do movimento ambientalista na década de 1970, em que as ações eram propostas por entidades ou indivíduos de diferentes classes sociais e concepções políticas. Em torno do estudante, reuniram-se cerca de 500 pessoas, pressionando para que a árvore não fosse derrubada. O manifestante manteve-se firme, só descendo quando Lutzenberger chegou para negociar. No fim do dia, a polícia militar encerrou o protesto com violência; repórteres e apoiadores de Dayrell foram presos. Contudo, os ambientalistas foram vitoriosos, pois a tipuana continua no mesmo local até os dias atuais (2011), e nenhuma outra árvore foi derrubada para construir o viaduto.

Também para a construção da Segunda Perimetral, avenida que interligaria vários bairros de Porto Alegre, o mesmo Prefeito pretendia cortar trinta árvores na Avenida Goethe (FOLHA DA MANHÃ, 06/03/1975). Entretanto a campanha movida pela AGAPAN conseguiu evitar a derrubada; até mesmo crianças colaram cartazes nas árvores, pedindo que fossem salvas.

Uma luta importante da AGAPAN foi contra a Borregaard, uma empresa norueguesa de processamento de celulose para posterior fabricação de papel. A Borregaard instalou-se no município de Guaíba, às margens do rio de mesmo nome, e começou a operar em 16 de março de 1972. Foi um dos grandes projetos do período no Estado, que não incluía preocupação com o ambiente. De sua chaminé, exalava “um ‘perfume’ que inunda a cidade (Porto Alegre) vindo de Guaíba (...) o mau cheiro da Borregaard e toda a poluição oriunda das indústrias é responsável por 20% da poluição do ar numa área urbana” (SAMPAIO, 25/04/1973).

Para Fernando Sampaio (assessor de imprensa da AGAPAN), o problema ia muito além do cheiro:

Muitos estão preocupados com a poluição exclusivamente por causa da Borregaard e de seu mau cheiro. Nós achamos que a Borregaard, de certa forma, nos veio ajudar. Antes dela, poluição, ecologia, equilíbrio natural e proteção e reconstituição da natureza eram frases que ecoavam no vazio. Não tinham sentido para a maioria. Quase ninguém se dava conta do perigo. Apenas uns poucos estavam conscientes disto. Agora, ao se tratar do tema poluição, a atenção é muito maior. Não só aqui. O problema é mundial (SAMPAIO, 25/04/1973).

Foi articulada uma grande campanha contra a Borregaard, que reuniu técnicos do governo, ativistas ambientais, entidades profissionais, imprensa e políticos. Até mesmo uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi aberta, na Assembléia Estadual, onde a Associação Médica do Rio Grande do Sul apresentou relatório sobre casos de problemas de saúde oriundos da poluição provocada pela Borregaard: dores de cabeça, irritação dos olhos, náuseas, vômitos, etc.

Em virtude da polêmica, a Borregaard foi fechada em dezembro de 1973, pelo Secretário da Saúde do Estado na época, Jair Soares. Reabriu em março de 1974, comprometendo-se a

reduzir seus índices de poluição. Porém foi novamente fechada em novembro do mesmo ano, tendo que investir US\$ 3,5 milhões de dólares em equipamentos para voltar a operar. Além das questões ambientais, o relatório da CPI abrangeu as negociações político-financeiras para a implantação da indústria em parceria com um grupo norueguês. Após as investigações, finalmente os noruegueses abandonaram o negócio, ficando o controle acionário (51%) nas mãos do Montepio da Família Militar (MFM), o que possibilitou a nacionalização da empresa, pois 44% já correspondiam ao dinheiro injetado pelo BNDES no projeto (BONNES, HASSE, 2002: 30). O nome da indústria passou a ser Celulose Rio-grandense Ltda. (Riocell) e a postura em relação ao meio ambiente também mudou. A nova empresa chamou Lutzenberger para organizar um parque natural no terreno ao lado de suas instalações e para elaborar um plano de aproveitamento do seu lixo industrial. O engenheiro agrônomo foi criticado por estar prestando serviços a Riocell, porém ele mesmo se defendeu, numa entrevista à revista Guia Rural, em 1989: “Dizem que eu me vendi à Riocell. Na verdade, eu tive de tirar o chapéu para eles. Mas não era para tirar? Se tu brigas dez, doze anos com alguém, dizendo que ele deve fazer isso e aquilo, e ele faz, qual a tua atitude? Ora, tu vais lá e te abraças a ele, não é mesmo?” (BONNES, HASSE, 2002: 40).

Uma das campanhas dos ecologistas mais noticiadas na imprensa local foi a Operação Hermenegildo, um movimento organizado pela AGAPAN e a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG) em conjunto com outras entidades, para chamar a atenção da sociedade gaúcha para a mortandade de peixes e animais na Praia do Hermenegildo, no município de Santa Vitória do Palmar. Após um temporal em 31 de março de 1978, nos dias seguintes, a

população começou a sentir um forte cheiro na praia, que fica na região de fronteira com o Uruguai, cerca de 500 km de Porto Alegre.

No início de abril, começaram as notícias sobre um possível gás venenoso, que estaria causando a morte de mariscos, gatos, cães, gaiivotas, cavalos e até humanos (CORREIO DO POVO, 11/04/1978; FOLHA DA TARDE, 13/04/1978). Em 12 de abril, o Secretário da Saúde do estado, Jair Soares, visitou as praias afetadas, chegando até a costa uruguaia, e declarou que esta era a maior tragédia ecológica do Estado (ZERO HORA, 12/04/1978: capa). No dia 19, divulgou-se que o agente poluidor teria sido descoberto. Os técnicos do centro de Pesquisas Toxicológicas do Rio Grande do Sul, sediado em Pelotas, improvisaram uma pesquisa, custeada com recursos próprios, e chegaram à conclusão de que o poluente que contaminava a Costa-Sul era o Iso-Tiocianato de Metila<sup>21</sup>.

Em clima de mistério, no dia 25 de abril, o governo declarou que o motivo para as mortes era a “Maré Vermelha”, um fenômeno ecológico. Os ecologistas não aceitaram a explicação, pois estavam convictos de que o que causara o desastre teria sido o naufrágio do navio Taquari, que desde 13 de abril de 1971 se encontrava próximo do Cabo Polônio, na costa uruguaia, com carga da multinacional Dow Chemical. Passados sete anos, nenhuma medida foi tomada para retirá-lo do local. A explicação dos ecologistas era de que, no dia 31 de março de 1978, a forte tempestade arrastou o navio para o fundo do mar, onde a carga teria se espalhado, causando todo o desastre.

Os ecologistas não conseguiram provar sua hipótese, tampouco a proposição do governo do Estado foi plenamente aceita. Apesar de não ter sido uma operação mal-sucedida, a campanha

---

<sup>21</sup> As características da substância foram fornecidas pelos pesquisadores aos repórteres do jornal Zero Hora: apresenta-se na forma de cristais; é muito volátil e de odor penetrante; pouco solúvel em água; empregado como fumigante de solo contra insetos, fungos e ervas daninhas (ZERO HORA, 19/04/1978:3).

movida pelas entidades ecológicas não conseguiu impor a sua versão do real motivo pelo qual teria ocorrido o fenômeno.

Além da AGAPAN, a ADFG foi uma das entidades mais atuantes nos anos 1970. Criada em 13 de março de 1964, a Ação Democrática Feminista Gaúcha tinha como objetivo inicial uma maior participação feminina em questões políticas e sociais. Em 1974, porém, as militantes assumiram a bandeira ecológica, após assistir a uma palestra de José Lutzenberger chamada *Os quatro princípios básicos da ecologia*, em 1972, num seminário ocorrido na Assembléia Legislativa (BONNES, HASSE, 2002: 74). As integrantes da ADFG ficaram impressionadas com a perspectiva de entrar na luta ambiental e seguiram parceiras da AGAPAN em suas ações e reivindicações. Em 1981, a ADFG passou a representar a federação internacional Friends of Earth (Amigos da Terra), sendo até a atualidade o único membro brasileiro. Em 1998, por iniciativa de Magda Renner, presidente da ADFG, a entidade modificou seu Estatuto Social, passando a chamar-se Núcleo amigos da Terra (NAT Brasil).

Outra importante entidade foi fundada em 1971, em 13 de julho, em São Leopoldo, a União Protetora do Ambiente Natural, UPAN, nas dependências da Faculdade de História Natural da Unisinos. Inicialmente, esteve vinculada à AGAPAN, denominada AGAPAN-SL (Núcleo Leopoldense), pois alguns de seus fundadores também faziam parte da associação porto-alegrense. Em 1986, ocorreu a mudança de nome, com a desvinculação da AGAPAN Porto Alegre. Passou a chamar-se UPAN, numa clara referência à UPN de Roessler, para homenageá-lo. Em 1978, mais uma entidade ambientalista é fundada no Estado<sup>22</sup>, em Novo Hamburgo, com o

---

<sup>22</sup> Nos anos 1970, muitas outras entidades ambientalistas foram criadas no Estado. Seria impossível citá-las nos limites de espaço deste artigo, por isso, ative-me às que já havia pesquisado para minha dissertação de mestrado (PEREIRA, 2011).

nome Movimento Roessler para Defesa Ambiental. O Movimento Roessler surgiu com o impacto causado pela Operação Hermenegildo. Essa campanha foi tão importante, que pessoas simpáticas ao tema da ecologia resolveram fundar essa entidade em Novo Hamburgo. Roessler era muito conhecido na região do Vale do Rio dos Sinos e a escolha do nome da entidade foi uma forma de homenagear seu trabalho de proteção à natureza.

### **Movimentos ecológicos e desenvolvimento sustentável a partir dos anos 1980**

A AGAPAN foi a entidade não governamental mais importante e engajada pela defesa do ambiente, desde sua fundação até meados dos anos 1980. Com a saída de Lutzenberger e outros membros, e lutas internas motivadas pela entrada de militantes vinculados a uma proposta política “de esquerda”, em 1983, abriram-se oportunidades para o surgimento de novas lideranças.

Entre as inúmeras entidades criadas nos anos 1980 e 90, podemos citar o Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, também conhecido como Ingá, pela abreviatura e em homenagem à árvore de mesmo nome. Fundada em Porto Alegre, em 07 de abril de 1999, seu objetivo é “a conservação de um meio-ambiente saudável em que os seres humanos e todos demais seres possam desenvolver suas maiores potencialidades” (INGÁ, *Website*, Acesso: 10/12/2010).

Diferentemente das associações dos anos 1970, o Ingá se proclama como um instituto de caráter científico. Entre as finalidades presentes em seu Estatuto (INGÁ, *Estatutos*, Acesso: 09/12/2010), é válido destacar, no Capítulo II, Artigo 2º, as letras “a”, “c”, “f”, e “i”, nas quais a entidade deixa expresso o seu alvo principal, que é desenvolver ou auxiliar na elaboração de projetos técnicos, científicos e jurídicos sobre a biodiversidade gaúcha, bem

como projetos de educação ambiental, para ajudar na preservação do meio ambiente.

É interessante observar que o Estatuto insiste no conhecimento sobre a realidade biológica de um local como condição importante de sua conservação. O caráter científico do Ingá também se reflete em seu campo de atuação, organizado, aliás, em quatro Grupos de Trabalho (nomenclatura comum no meio acadêmico): GT Educação Ambiental, GT Silvicultura, GT Zona Rural e GT Energia. Essa divisão contempla alguns dos temas ambientais mais importantes no início do século XXI, para o Rio Grande do Sul.

A entidade atua por meio de projetos educativos e manifesta-se, através do GT Silvicultura, contra o plantio de eucaliptos no bioma pampa, com o argumento do botânico e ecólogo Paulo Brack de que a silvicultura é uma monocultura arbórea, mas não floresta, pois nega os elementos mais básicos dos sistemas naturais. Segundo Brack, nos projetos de plantio aprovados pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luiz Henrique Roessler (FEPAM) em 2006/2007, “a diversidade é praticamente ausente. A estratificação é ausente. A fauna é profundamente escassa. Os biocidas e os insumos químicos são instrumentos inerentes deste sistema de homogeneidade arbórea produtivista” (BRACK, *Website*, Acesso: 09/12/2010).

Uma das formas de atuação dos ambientalistas nos anos 1990/2000 tem sido a união entre entidades, indivíduos, acadêmicos ou não, em torno de projetos. Podemos citar, entre muitos outros, a título de exemplo, os grupos Casatierra (grupo que atua com ações fundamentadas na agroecologia, na permacultura), o Programa Macacos Urbanos (conservação do bugio-ruivo e de seus habitats naturais, desenvolvido pelo Departamento de Zoologia da UFRGS), o Projeto Chelônia (defesa das tartarugas de água doce no RS,

concebido por pesquisadores da UFRGS, PUCRS e UNISINOS), todos atuando em Porto Alegre.

No interior do Estado, uma entidade ainda atuante é o Centro de Estudos Ambientais (CEA), fundada em Rio Grande, em 18 de julho de 1983. O CEA também atua em conjunto com outras ONGs, pois considera “que os ecossistemas se espalham para além dos limites municipais e, no caso das Zonas Úmidas, para mais além, através das fronteiras políticas do Brasil e Uruguai, requerendo uma aliança entre diversos agentes para implantação de medidas de cuidado ecológico” (CEA, *Website*, Acesso: 09/12/2010). Entre suas campanhas, destacam-se demandas locais, como o “Movimento pela proteção das dunas de Rio Grande e do Balneário do Cassino”; Movimentos “Lagoa limpa”, “Abraça a lagoa”, e “Eu também quero a lagoa despoluída”, para proteção das lagoas gaúchas. O CEA, em cooperação com a Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), organizou o I Curso em Extensão em Direito Ambiental no Estado, em 1990. A entidade atua também em educação ambiental, no debate de políticas ecológicas e projetos em parceria com a UNESCO e o Ministério do Meio Ambiente.

No dia 15 de dezembro de 2008, foi lançado o Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente (MOGDEMA). De caráter ainda mais plural, é uma reunião de entidades que já militavam pela proteção ambiental no estado. Sua forma de articulação é planejada em reuniões semanais com representantes das entidades, com vistas a uma atuação de caráter político, pressionando para aprovação (ou não) de leis sobre a temática da natureza no Rio Grande do Sul e no Brasil. Entretanto, o foco do trabalho é o local.

A proposta do MOGDEMA consiste em

Estimular, articular e fortalecer os lutadores sociais que militam na defesa do meio ambiente, para compelir o Poder Público ao cumprimento e obediência dos princípios

constitucionais da administração pública esculpido no art. 37 da Carta Magna, bem como o princípio da supremacia do interesse público em matéria ambiental. Desta forma, buscamos caminhos de *desenvolvimento verdadeiramente sustentáveis, que garantam a biodiversidade e a inclusão social* [grifos meus] (MOGDEMA, *Website*, Acesso: 10/12/2010).

Avaliando o resultado das ações do movimento, podemos observar a maior profissionalização de seus membros, o que explica o caráter mais elaborado das reivindicações. Pessoas com formação universitária na área ambiental passaram a atuar profissionalmente nas entidades, fundamentando suas lutas em argumentos científicos, através da realização de projetos de pesquisa.

Extrapolando os limites do Rio Grande do Sul, desde a década de 1970, apesar da grande quantidade de informação sobre o tema, o efeito das discussões não foi suficiente para modificar a postura do homem em relação à natureza. Mesmo com a realização de inúmeros fóruns internacionais para debater as questões ecológicas, como o de Estocolmo (1972), e com a entrada de diversas organizações não governamentais (ONGs) no campo ambientalista, na prática, as lutas não conseguiram impedir a devastação, muito pelo contrário, os problemas se agravaram, em todos os biomas brasileiros.

No período mais recente, a forma de atuação em prol da natureza mudou. No cenário atual, entidades e indivíduos têm tratado mais de temas em âmbito local do que planetário, embora a conscientização seja difundida em ambas as esferas. Cada vez mais os ambientalistas têm agido em função de projetos, atendendo a demandas de suas regiões de origem, unindo esforços entre o maior número de militantes e organizações não-governamentais possível.

Os termos em que o debate se realiza atualmente também mudaram, pois é outro o contexto. Desde Estocolmo, verificou-se que

era necessário encontrar um ponto de “conciliação” entre a necessidade de proteger a natureza e de crescimento econômico dos países. Foi nesse debate que surgiram os conceitos de “ecodesenvolvimento” e, posteriormente, de “desenvolvimento sustentável”, palavra-chave em diversos encontros internacionais<sup>23</sup>, entendido como a utilização responsável dos recursos naturais, atendendo às necessidades do presente sem afetar as gerações futuras, para que elas também possam ter acesso aos recursos que satisfarão suas necessidades. Ele exige a integração de fatores econômicos, políticos, ecológicos e sociais.

Em 2009, na COP 15 (Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas), os principais chefes de Estado do planeta, bem como representantes de diversas ONGs e empresas debateram o problema durante 11 dias, entretanto, nenhum acordo estabelecendo metas de redução de emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global foi assinado. O processo de negociação foi fortemente criticado, e Estados Unidos e China foram considerados os maiores responsáveis pelo “fracasso sem precedentes” (ESCOBAR, 2009: A25). Já na COP 16, em dezembro de 2010, realizada em Cancún, foram possíveis alguns avanços, como a criação de um Fundo Verde e um mecanismo de compensação financeira para quem preservar suas florestas. O problema percebido pelas ONGs ambientalistas, no entanto, foi a ausência de metas, além do que, mais uma vez, os Estados Unidos foram para a reunião “com escassez de compromissos para cortar suas emissões de gases-estufa” (BALAZINA, 2010: A18).

O que se coloca é uma questão política e econômica muito forte, por trás do debate ecológico. Além dos ecologistas, as empresas estão percebendo que é necessário participar das decisões sobre

---

<sup>23</sup> Refiro-me aqui à Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, e à Rio +10, em Johannesburgo, em 2002.

questões ambientais. Elas estão cada vez mais interessadas em adequar-se à nova realidade, oferecendo produtos “sustentáveis”. É o que prevê o conceito de sustentabilidade, derivado do desenvolvimento sustentável, entendido como “o resultado do equilíbrio entre as dimensões ambiental, econômica e social nos empreendimentos humanos” (ALMEIDA, 2008: 124).

No entanto, é preciso ter alguns cuidados com o uso indiscriminado dos conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade”. Para Morin e Terena (2001: 9) “a expressão ‘sustentabilidade do desenvolvimento’, não significa um ajustamento complementar à racionalidade do desenvolvimento moderno (...), é um problema complexo, porque a sua essência está imbricada em um tecido de problemas inseparáveis, exigindo uma reforma epistemológica da própria noção de desenvolvimento”. Também Gudynas (1992: 68-69) reflete que

as atuais posturas de desenvolvimento sustentável exigem um enfoque crítico cauteloso. Nelas não se renuncia ao velho paradigma do desenvolvimento pelo crescimento econômico; pelo contrário, ele é ajustado a uma dimensão ecológica. Assim, a disseminação de uma nova política neoliberal, que enfatiza o mercado como cenário privilegiado das relações sociais, também está gerando sua própria política ambiental.

Portanto, é preciso reformular a própria noção de desenvolvimento. Além disso, é preciso atentar que muitas empresas se apropriaram desses conceitos com objetivos puramente mercadológicos, tratando a ecologia como uma oportunidade de negócio. Nem sempre os produtos e serviços oferecidos são realmente sustentáveis: muitas vezes as mensagens são divulgadas visando apenas ao marketing comercial sem comprometimento sério com o problema ecológico.

Em seu *Manifesto*, escrito entre 1974 e 1976, Lutzenberger já defendia a “sustentabilidade dos processos econômicos”, baseado na leitura de autores como o economista Herman Daly, e criticava a “sociedade de consumo industrial”, a partir do pensador Ivan Illich. Para Lutzenberger (1983: 78), “alvo de todo desenvolvimento, de todo planejamento deve ser a situação equilibrada, não o ‘crescimento’”. O economista e filósofo Serge Latouche defende posição semelhante, também inspirado em Illich, através do conceito de “decrecimento”, que trataria de “reduzir progressivamente o impacto ecológico e a intensidade da coleta dos recursos naturais para alcançar um nível compatível com a capacidade determinada de carga do planeta” (LATOUCHE, 2006: 3-4). Para o autor, o “desenvolvimento sustentável” é uma farsa, porque, no estado de devastação em que o planeta se encontra no século XXI, não há como ser sustentável nos moldes da atual sociedade de mercado, dependente do crescimento sem limites. Uma “economia verde” não seria a solução, já que não abandonaria o objetivo do crescimento e, por isso, não deixaria de causar o acelerado consumo dos elementos naturais.

Já é perceptível o interesse dos Estados Unidos em diminuir sua dependência do petróleo<sup>24</sup>, no entanto, essa é uma mudança muito gradual, assim como na China e em outros países “emergentes”. O atual ritmo, exigido pelos mercados, de crescimentos anuais dos PIBs e índices de consumo, não é compatível com o ritmo da natureza. Seria necessário repensar essas noções seriamente, em todos os setores da atividade humana.

A perspectiva ambiental é muito profunda, demanda uma postura de responsabilidade para com o mundo em que vivemos que, em última análise, é nossa própria casa. Requer um trabalho que envolva a participação da sociedade, dos governos e das empresas,

---

<sup>24</sup> Na visita do Presidente Barack Obama ao Brasil, em março de 2011, um dos pontos negociados foi a venda de etanol brasileiro aos Estados Unidos.

de conscientização de que o planeta e os elementos naturais não são infinitos. As consequências da exploração não sustentável estão cada vez mais perceptíveis na atualidade, pressionando atitudes e reflexões urgentes sobre o futuro que queremos construir.

### **Considerações Finais**

Diante do exposto, podemos perceber que no Rio Grande do Sul há uma trajetória importante de proteção à natureza. Aqui, analisamos, a partir de uma perspectiva histórica, os projetos de alguns indivíduos e organizações da sociedade civil influentes a partir dos anos 1930.

No contexto dos anos 1930-60, o tom do debate se dava em torno da proteção à natureza, defendendo, principalmente, o uso responsável dos elementos naturais e a constituição de áreas protegidas, os parques naturais. Os problemas mais aparentes eram a poluição dos rios, o desmatamento, a caça ilegal – com destaque para a caça de passarinhos, as irregularidades na pesca e o questionamento da noção de “progresso”.

A primeira entidade de defesa ambiental gaúcha foi a UPN, de Henrique Luiz Roessler, que atuou de 1955 a 1963, com iniciativas educativo-ambientais importantes. Nos anos 1970, quando houve o *boom* da ecologia, destacaram-se a AGAPAN e ADFG (hoje NAT-Brasil), pois organizaram e propuseram diversas ações, congregando muitos sócios em seus quadros. Além disso, eram mencionadas nos jornais porto-alegrenses constantemente, nesse período. Suas reivindicações podem ser consideradas como os primeiros anseios do movimento ecológico no Estado, dada a liderança que tinham nas lutas ambientais.

Dentre os principais embates dos anos 1970, a defesa da árvore feita por Carlos Dayrell pode ser interpretada como um grande

sucesso do movimento ambientalista, pois a árvore não foi derrubada – está na calçada da Faculdade de Direito da UFRGS até hoje -, o fato trouxe repercussão para o movimento e chamou a atenção da população para as questões ambientais. Sobre o caso de Hermenegildo não se pode concluir o mesmo. Apesar de não ter sido uma operação mal-sucedida, não conseguiu impor a sua versão do motivo pelo qual teria ocorrido o desastre ecológico.

O movimento pós-década de 1970 mudou de estratégia. As ações, os manifestos foram, aos poucos, silenciados, e os ambientalistas passaram a agir em torno de partidos, ou fazendo *lobby* junto a autoridades que têm poder para implementar suas reivindicações. As entidades passaram a atuar em conjunto, na organização de projetos que atendem a demandas locais. Talvez isso ocorra na tentativa de somar força para defender leis de proteção ambiental, como o Código Florestal (BRASIL, Lei 4.771, 15/09/1965), ou para lutar contra projetos econômicos que ameacem a biodiversidade, caso da silvicultura na metade Sul do estado. Convém destacar também que tanto a atuação de Roessler e Rambo, no âmbito da proteção à natureza, quanto do movimento ecologista, foram importantíssimas no fomento à educação ambiental no Estado.

Atualmente, as questões ambientais estão presentes nas mais diversas esferas da sociedade. O tema é fundamental no debate político. Muitas empresas vêm assumindo a responsabilidade sócio-ambiental como um dos objetivos de suas atividades. A relação ética para com o meio ambiente é crucial para Estado e Sociedade Civil. E não só em território brasileiro, mas em âmbito mundial, como tema mais importante e desafiador das soberanias estatais. No final, extrapolamos os limites do Rio Grande do Sul, porque, enfim, a natureza não possui fronteiras, e sua proteção requer cooperação

internacional e conhecimento dos ecossistemas em conjunto, nas suas dinâmicas local e global.

Em pleno século XXI, depois de duas guerras mundiais, de tantos conflitos pela posse da terra, por motivos religiosos, étnicos, ou de gênero, enfim, o cuidado com a natureza pode significar a própria sobrevivência da humanidade. A realização de grandes conferências internacionais trouxe popularidade ao tema, mas a devastação do ambiente continua crescendo. Entretanto, no Rio Grande do Sul, a situação poderia ser bem pior, se não fosse a conscientização provocada pelas ações e discursos de Henrique Luiz Roessler e do Padre Balduino Rambo, lutando pela proteção à natureza e, do movimento ambientalista, dos anos 1970 até a atualidade. Essa trajetória de conscientização representou - e ainda representa - um importante exercício da cidadania local possível.

### **Fontes documentais**

AGAPAN. **Programa de Luta**. Porto Alegre, 27 de abril de 1971 (APAC).

ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 14/06/1951, p. 429-431 (ML-RS).

BALAZINA, Afra. **Países fecham acordo e cúpula do clima surpreende**. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 12 de dezembro de 2010, p. A18 (Arquivo Pessoal da Autora).

CORREIO DO POVO. **Abalo ecológico da praia de Hermenegildo se estende de Cassino a Punta del Este**. Porto Alegre, 11 de abril de 1978 (MCSHJC).

ESCOBAR, Herton. **Um fracasso ‘ sem precedentes’**. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 20 de dezembro de 2009, p. A25 (Arquivo Pessoal da Autora).

FOLHA DA MANHÃ. **Obras da Perimetral vão derrubar as árvores da Goethe**. Porto Alegre, 06 de março de 1975 (MCSHJC).

FOLHA DA TARDE. **Derrubada de árvores.** Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1975 (MCSHJC).

\_\_\_\_\_. **O Mistério aumenta.** Porto Alegre, 13 de abril de 1978 (MCSHJC).

LUTZENBERGER, José. *Por uma ética ecológica.* **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 de agosto de 1971, p. 22 (MCSHJC).

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria Ministerial nº 718. 22/11/1944 (BINAGRI).

REVISTA VEJA. **A árvore salva.** São Paulo, 05 de março de 1975, p. 38 (APAC).

SAMPAIO, Fernando. Borregaard. **A poluição industrial e a destruição ecológica.** *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 de abril de 1973 (MCSHJC).

ZERO HORA. **A maior tragédia ecológica do Estado.** Porto Alegre, 12 de abril de 1978, capa (MCSHJC).

\_\_\_\_\_. **Descoberto o agente poluidor da Costa-Sul.** Porto Alegre, 19 de abril de 1978, p. 2-3 (MCSHJC).

### Referências bibliográficas

ACOT, Pascal. **História da Ecologia.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

ALMEIDA, Fernando. **O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21.** In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.* Campinas: Armazém do Ipê, 2008.

ARAÚJO, Aldo Mellender de. **Balduino Rambo e a busca de um entendimento da natureza.** In: RAMBO, Arthur Blasio, GRÜTZMANN, Imgart, ARENDT, Isabel. *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade: Memória, religião, ciência e cultura.* São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.

ARENDT, Isabel, CHRISTOFF, João Carlos. *Pe. Balduino Rambo, S. J.: Patrimônio em boas mãos.* In: **VII Mostra de Pesquisa:**

**Produzindo História a partir de fontes primárias.** Porto Alegre: CORAG, 2009.

BARROS, Wanderbilt Duarte. **Parques nacionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

BONES, Elmar, HASSE, Geraldo. **Pioneiros da Ecologia: Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **É possível um ato desinteressado?** In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação.* Campinas, SP: Papiurus, 2007.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BUCKUP, Ludwig. **Como tudo começou.** FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Museu de Ciências Naturais: 50 anos pesquisando a Biodiversidade Gaúcha.** Porto Alegre: 2005 (Publicações Avulsas FZB, 14).

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia.** São Paulo: UNESP, 1997.

DE BONI, Luis A., COSTA, Rovilio. **Os italianos no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** In: *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FRANCO, José Luiz de Andrade, DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à natureza e Identidade Nacional no Brasil: anos 1920-1940.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

GERHARDT, Marcos. **História Ambiental da colônia Ijuhy.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. *Ética, ambiente e ecologia: uma crise entrelaçada*. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, n.º 52, fascículo 205, mar., 1992, p. 64 – 74.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu. O Tietê em São Paulo (1890-140)**. São Paulo: Alameda, 2006.

LAGO, Antônio, PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

LATOUCHE, Serge. *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial*. São Leopoldo: **Cadernos IHU Ideias**, n.º 56, 2006.

LUTZENBERGER, José A. **Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro**. Porto Alegre: Movimento, 1983.

MORIN, Edgar, TERENA, Marcos. **Saberes Globais e Saberes Locais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PÁDUA, José Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. São Paulo: *Estudos Avançados*, Vol. 24, n.º 68, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. **Um protetor da natureza: Trajetória e Memória de Henrique Luiz Roessler**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, 2011.

RADKAU, Joachim. **Nature and Power: A global history of the environment**. New York/Washington D.C: Cambridge University Press/German Historical Institute, 2009.

RAMBO, Arthur Blasio. *Imigração alemã e ecologia. Estudos leopoldenses*. São Leopoldo, Vol. 30, n.º 136, mar./abril 1994, p. 71-90.

RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1942.

ROESSLER, Henrique Luiz. **O Rio Grande do Sul e a Ecologia – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005.

SILVA, Zélia Lopes da. *As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso*. In: ARRUDA, Gilmar (org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, 2005.

SIRKIS, Alfredo. *Enquanto isso, na terra do pau-brasil... (Apêndice)* In: McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

URBAN, Teresa. **Missão (quase) impossível. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Editora Peirópolis, 2001.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 200.

#### Sites da internet

BRACK, Paulo. **As monoculturas arbóreas e a biodiversidade**. Disponível em: <[http://www.inga.org.br/docs/monoculturas\\_e\\_a\\_biodiversidade.pdf](http://www.inga.org.br/docs/monoculturas_e_a_biodiversidade.pdf)>. Acesso em 09 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. **Código Florestal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D23793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm)>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. **Código de Águas**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d24643.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm)>. Acesso em 29 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934. **Código de Caça e Pesca**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=15601&norma=30625>>. Acesso em: 17 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>>. Acesso em 15 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. **Código de Pesca**. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=23799>>.

Acesso em 30 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938. **Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitui alguns dos já existentes e dá outras providências. Cria o Serviço Florestal.** Disponível em:

<<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=16875>>.

Acesso em 10 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº. 5.894, de 20/10/1943. **Código de Caça.** Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=415862&seqTexto=1&PalavrasDestaque>>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. **Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L1711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1711.htm)>. Acesso em: 16 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm)>. Acesso em 15 de março de 2010.

CEA. Disponível em: <<http://centrodestudosambientais.wordpress.com/about>> Acesso em: 09 de dezembro de 2010.

INGÁ. Disponível em: <[http://www.inga.org.br/?page\\_id=2](http://www.inga.org.br/?page_id=2)>. Acesso em 10 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Estatutos.** Disponível em: <[http://www.inga.org.br/docs/Estatuto\\_InGa.pdf](http://www.inga.org.br/docs/Estatuto_InGa.pdf)> Acesso em: 09 de dezembro 2010.

MOVIMENTO GAÚCHO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://mogdema.blogspot.com/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2010.

Artigo recebido em 09/08/2011

Artigo aceito em 12/12/2011

